



Editora
UFPel

Problemas de Metafísica Analítica

Guido Imaguire
Rodrigo Cid
(Organizadores)

DISSERTATIO
FILOSOFIA

PROBLEMAS DE METAFÍSICA ANALÍTICA

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Prefácio | 13 |
| Guido Imaguire & Rodrigo Reis Lastra Cid | |
| 1. Dependência Ontológica | 15 |
| Valdenor Monteiro Brito Júnior | |
| 2. Fundação Ontológica | 59 |
| Guido Imaguire | |
| 3. Categorias Ontológicas | 80 |
| Lauro de Matos Nunes Filho | |
| 4. Mereologia e o Problema da Composição | 109 |
| Rhamon de Oliveira Nunes | |
| 5. Mundos Possíveis | 157 |
| Leonardo Gomes de Soutello Videira | |
| 6. Platonismo Matemático | 187 |
| Daniela Moura Soares | |
| 7. O Problema Metafísico das Simetrias | 234 |
| Rodrigo Reis Lastra Cid | |
| 8. Realismo e Metafísica na Mecânica Quântica | 269 |
| Raoni Wohnrath Arroyo & Jonas R. Becker Arenhart | |
| 9. O Problema da Persistência | 310 |
| Tiago de Carvalho Ponti | |
| 10. A Natureza do Tempo: Modelos Dinâmicos e Estáticos | 347 |
| Gustavo Emmanuel Alves Vianna de Lyra | |
| 11. Definição de Arte | 408 |
| Rosi Leny Morokawa | |

5

Mundos Possíveis

Leonardo Gomes de Soutello Videira¹¹⁹

Neste capítulo, trataremos da noção de mundos possíveis. Veremos de maneira breve um pouco das origens, das utilidades e do futuro da noção na filosofia. Também veremos brevemente alguns posicionamentos acerca do estatuto ontológico da noção de maneira que o leitor possa depois se aprofundar no debate sabendo o que cada rótulo significa na discussão. Não obstante, nos aprofundaremos em duas posições que são as mais comumente debatidas, a saber, o concretismo e o abstracionismo. Por fim, embora haja pouco material sobre o tema em português, ao final do capítulo, faço indicações de alguns textos que contém discussões interessantes e algumas introduções ao tema.

1. Introdução

Comumente em nossas vidas pensamos sobre como nossa vida seria caso tivéssemos tomado decisões diferentes no passado, bem como pensamos no que devemos fazer para adquirir determinados resultados no futuro. Tais pensamentos contrafactuais ou preditivos fazem uso de uma ferramenta que na filosofia ficou conhecida por *mundo(s) possível(is)*. A ferramenta certamente já era usada muito antes de Leibniz cunhar seu nome e certamente já era central em diversos debates filosóficos. Contudo, foi apenas no século XX que a ferramenta ganhou notoriedade suficiente com o desenvolvimento de lógicas

¹¹⁹ Este capítulo pode ser escrito graças ao financiamento da FAPESP à pesquisa de doutorado com processo de número 2017/00048-4. O capítulo também só pode ser escrito graças aos comentários de Rodrigo Cid, Pedro Merlussi, Rhamon Nunes e Raoni Arroyo, além das correções de Orlanda Fernandes.

modais e de semânticas apropriadas para suas interpretações. Desde tais desenvolvimentos, a própria ferramenta é o centro de investigações que seguem avançando prolificamente juntamente com as áreas em que ela é usada, a saber, física, ética, epistemologia, entre outras.

A intenção deste capítulo é apresentar de maneira simples, sem formalizações, as ideias que estão por trás das discussões envolvendo a noção de mundo possível. Primeiramente analisaremos brevemente as origens da noção e suas utilidades para a postulação e solução de diversos problemas na filosofia e em outras áreas, em seguida apresentaremos algumas posições acerca do estatuto ontológico dos mundos possíveis, nos estendendo um pouco mais ao falar sobre o concretismo e o abstracionismo, que são as teorias mais importantes no debate, apresentando também algumas objeções a essas visões. Por último, pretendemos apresentar uma noção que surge como que por brotamento da noção de mundos possíveis e que acreditamos que é um *trending topic* da lógica e da epistemologia hoje, a saber, a noção de mundos impossíveis, que surge como um desdobramento da posição abstracionista.

A escolha por estender a exposição sobre o concretismo e sobre o abstracionismo se dá porque o concretismo, como exposto por David Lewis, pautou basicamente todos os pontos relevantes nos debates sobre mundos possíveis de maneira sistemática; enquanto o abstracionismo, por sua vez, é a posição com mais variantes e é a mais amplamente aceita e debatida hoje em dia. A escolha pela terminologia – concretismo/abstracionismo – de Inwagen (1986), em oposição à proposta por Lewis (1986) – realismo/ersatzismo – foi feita simplesmente porque parece ser a mais amplamente adotada hoje em dia (mas o leitor certamente faria a mesma escolha caso precisasse fazer alguma apresentação oral em que fosse preciso falar “ersatzismo” diversas vezes).

2. Origens

Dependendo da interpretação da noção de Mundo(s) Possível(is) (doravante MP(s) que o leitor fizer, ela pode ser encontrada em uso na filosofia ocidental pelo menos desde Aristóteles em *De Interpretatione* 9, em que ele discute qual o tratamento semântico adequado de questões acerca de

proposições sobre futuros contingentes¹²⁰. No entanto, apenas no século XVIII, pelas palavras do filósofo alemão Gottfried W. Leibniz, a noção amplamente em uso por filósofos e não filósofos ganha um nome. Leibniz faz uso da noção não para resolver questões semânticas ou lógicas, mas sim para responder um problema aparentemente perene na teologia cristã, o problema da existência do mal. Grosseiramente, o problema pode ser descrito como: Se deus existe, é omnibenevolente e onnipotente, como é possível que haja mal no mundo? Ora, se ele tudo pode, criar um mundo sem mal seria possível. Se tudo que emana dele é bom, ele não poderia criar um mundo com o mal. Mas mesmo assim o mal existe em nosso mundo, como é possível isso? Leibniz ao invés de tomar essas informações para construir um *Modus Tollens* para mostrar a inexistência de deus, prefere argumentar que a existência de algum mal (partes más) são necessárias para criar um bem total (um todo bom) e é para que um todo bom exista é que deus permite que o mal exista.

A ideia de que a noção contemporânea de MP pode ser retomada a noção usada por Leibniz provavelmente veio de Carnap (1988, p. 9-10), onde ele define o que chama de verdade-L. Mas ainda que a noção de Leibniz tenha sido resgatada e atualizada, nem a verdade-L, nem a noção original – nem a noção usada por Aristóteles ou a usada pelos medievais – pode dar conta do que a noção contemporânea exprime. Notavelmente as noções de necessidade, possibilidade e impossibilidade usadas por estes autores se misturavam com noções de analiticidade, sinteticidade, *a priori* e *a posteriori*. A própria noção Carnapiana de verdade-L é um amálgama das combinações de analiticidade, necessidade e verdade lógica, que só pode ser usada dentro de uma determinada linguagem; ou seja, ela é dependente da linguagem adotada. Essas separações só começaram a ser instituídas no século XX, com os trabalhos de

120 Essa leitura parece ser uma leitura minoritária entre aristotélicos. Para uma comparação entre Aristóteles e Lewis, ver Pruss (2001). Para análise ampla e detalhada sobre o problema dos futuros contingentes e o argumento da batalha naval, em português, que não faz o uso da noção de mundos possíveis, mas apenas de uma ramificação temporal, ver Fernandes (2015).

Quine (2010)¹²¹ e posteriormente Kripke (2012)¹²². Embora Kripke tente evitar falar sobre analiticidade, já é possível perceber que não se pode equalizar – ou sequer relacionar diretamente – as noções de necessidade e analiticidade, bem como as noções de sinteticidade e contingência. Além de que, como mencionado na introdução, a noção de MP era apenas uma ferramenta para a análise de outros problemas filosóficos, passando às vezes até por mero artifício retórico, e apenas no século XX passando a ser um objeto de estudo que possuía em si mesmo problemas filosóficos pertinentes.

O desenvolvimento de lógicas modais para o tratamento de questões acerca de ética, temporalidade, contrafactualidade já estavam sendo discutidas desde a primeira metade do século XX; por exemplo, nos trabalhos de Carnap (1988), Montague (1960), entre outros na mesma época. Embora esses trabalhos não fizessem claro uso da noção de MP, nem apresentassem explicações desenvolvidas sobre as bases das semânticas que os permeavam, é possível dizer que eles faziam uso de uma proto-noção, talvez de maneira um pouco mais próxima da noção que temos hoje do que das noções usadas por os mais antigos. Na física, o desenvolvimento da *teoria de muitos mundos* por Everett, de 1957, pode ser considerado o primeiro uso explícito da noção de MP, contudo parte desse material foi amplamente negligenciado pelos cientistas – sendo até hoje uma vertente minoritária na área da mecânica quântica – até meados dos anos 1970 e não parece, também, ter motivado nenhum movimento por parte de filósofos à época. Além disso, a noção aparece em sua obra mais como um mecanismo interpretativo para evitar um problema do que como um fenômeno a ser explicado, de modo que muitas perguntas ficaram em aberto.

Sendo assim, talvez não seja fácil dizer ao certo quando a noção contemporânea de MP realmente surgiu na filosofia; partes dela surgem em

121 O artigo *Two dogmas of empiricism* foi originalmente publicado em 1951, mas a versão de *From a Logical Point of View*, de 1953, pode ser considerada como a versão final, com mudanças consideráveis. O livro foi traduzido para o português pela editora UNESP.

122 O livro *Naming and Necessity* foi publicado apenas em 1980, porém suas ideias já eram debatidas publicamente pelo menos desde 1970, quando Kripke ministrou as aulas que deram origem ao livro. O livro foi traduzido em português pela editora Gradiva.

lugares diferentes. Não obstante, todos podemos concordar que a noção aparece explicada de maneira clara e robusta na filosofia, apenas nos trabalhos de Lewis (1968, 1973, 1986). Deste modo, é seguro dizer que, pelo menos, desde esses trabalhos, há uma noção clara de MP como um objeto a ser estudado, apresentando uma semântica bem desenvolvida e com uma fundamentação metafísica para a mesma.

3. Aplicações

Dados os desenvolvimentos das lógicas modais com os trabalhos acima mencionados e muitos outros mais, diversas empregabilidades podem ser encontradas para essas lógicas, por exemplo, para formalizar e resolver questões éticas que envolvem a noção de *dever moral*, que pode ser descrita como uma ação em que sua realização é moralmente correta em todos os MPs, entre outros problemas relacionados a dicotomia dever/poder.

O uso da noção de MPs também é muito caro aos filósofos da religião. Leibniz, por exemplo, introduz a noção para tentar conciliar a existência de deus e do mal. Hoje, Plantinga (1974) entre outros filósofos, tentam usar a noção para responder esse problema e muitos outros relacionados a teologia judaico-cristã, problemas tais como o de descobrir se temos livre arbítrio ou se o universo é determinístico e responder à questão acerca da existência de deus. Plantinga apresenta uma re-formulação do argumento ontológico em termos de MPs¹²³.

Já citamos acima que MPs são também usados para dar valor semântico a questões temporais¹²⁴ como as de futuros contingentes, mas também pode ser usada para atribuir valores semânticos a fatos passados e, embora não seja algo bem-visto pelos historiadores, para tratarmos de questões contrafactuais, (por exemplo, se o duque Francisco Ferdinando não tivesse sido assassinado, teríamos uma guerra mundial?). Fazemos uso de lógicas modais para modelar os possíveis desdobramentos resultantes de tal e tal evento

123 Para o argumento nas palavras do próprio e objeções discutidas, ver Plantinga (1974) p. 213-221.

124 Para uma discussão sobre a aplicação da noção de MP em questões sobre o perdurantismo, ver a seção 3.2. do capítulo 9 desse volume, por Ponti.

histórico, mas apenas com o uso de MPs podemos dar valores semânticos às proposições de tais modelos e, por conseguinte, fazer uma análise completa.

Questões epistêmicas e doxásticas também fazem uso de lógicas modais apoiadas por semânticas de MPs. Questões que envolvem a dicotomia saber/acreditar, por exemplo, são normalmente modeladas usando essas ferramentas. Podemos, por exemplo, analisar uma conversa e descobrir onde há um desacordo nas pressuposições dos falantes acerca de uma teoria ao descrevermos suas crenças com o aparato bidimensional de Stalnaker (1999)¹²⁵. Podemos também entender melhor e demonstrar como é possível que pessoas tenham crenças contraditórias, além de mostrar que crenças contraditórias não possuem os mesmos conteúdos entre si¹²⁶. Nesses contextos, o desenvolvimento de uma teoria de MPs é importante para que possamos dar um fundamento sólido para as semânticas utilizada nessas lógicas, de outro modo é como se estivéssemos desenvolvendo um sistema financeiro sem lastro.

A noção de MPs está presente também na mecânica quântica¹²⁷. Há usos questões de interpretações não standard da teoria da mecânica quântica em que outros universos paralelos passam a existir depois da atualização de cada evento quântico no nosso universo. Grosseiramente, a cada vez que um instante passa a existir no nosso universo, uma contraparte com a negação daquele evento quântico que aconteceu no nosso universo passa a existir em outro mundo. Essa interpretação originalmente proposta por Hugh Everett III em 1957. Embora essa teoria nunca tenha sido esquecida, ela sempre foi marginal; porém nos últimos anos vem ganhando popularidade graças ao trabalho de Carroll (2019), que reconhece a importância do trabalho de David Lewis para a formulação da mesma.

Outra aplicação relevante da noção de MP é na análise de obras de

125 O autor apresenta seu maquinário bi-dimensional de modo a permitir que apliquemos a noção de MP para descrever o que está sendo comunicado por agentes numa asserção levando em conta as pressuposições dos mesmos.

126 O trabalho de Jago (2014) é muito avançado sobre isso.

127 Ver seção 3 do capítulo 8 deste volume, onde Arroyo e Arenhart apresentam uma discussão mais detalhada sobre a teoria de muitos mundos nos debates sobre interpretações da mecânica quântica.

literatura. Ryan (1991) se propõe a fazer análises de obras ficção como se elas se tratassem de outros MPs e propõe que isso permitiria que Inteligências Artificiais (IAs) também analisassem obras ficcionais. E por falar em IAs, talvez o campo que sirva melhor para ilustrar a importância da utilização de lógicas modais seja o da IA, pois neste campo, todas as aplicações, problemas filosóficos e científicos citados anteriormente, acabam se articulando de alguma maneira no desafio de construirmos IAs fortes e fracas¹²⁸. O exemplo mais popular de como essas questões são relevantes hoje em dia é o dos carros autônomos quando colocados em problemas similares aos problemas de bonde (*trolley problems*), uma mistura perfeita de problemas éticos, semânticos, sintáticos e – talvez até – epistêmicos.

Todos esses usos, de alguma forma, estão ligados também a usos na própria metafísica, como por exemplo, em discussões sobre essencialismo, i.e. como saber se ao mudar propriedades de um determinado indivíduo ele seguirá sendo o mesmo indivíduo ou pertencente a uma determinada classe; discussões sobre superveniência e reducionismo, i.e. como saber se determinadas propriedades dependem ou não da existência de outras propriedades (e.g. saber se propriedades qualitativas visuais são redutíveis de propriedades físicas da luz e de organismos dotados de cérebros e olhos); discussões sobre causalção, i.e. como saber se um evento é causa do outro ou há apenas uma correlação de eventos; entre outros problemas que parecem ser perenes na história da filosofia¹²⁹.

A maior parte desses trabalhos foi desenvolvida sem uma explicação final última para suas semânticas. Isso não quer dizer que eles não tenham uma semântica, mas que suas semânticas não são ultimamente fundamentadas, ou

128 Para uma análise de problemas concretos na área de IA, que mescla ação (tomada de decisão), interpretação de futuros contingentes e interpretações de contrafactuais, a saber, o problema do *frame*, o problema da ramificação e o problema da qualificação; ver Ginsberg & Smith (1988). Para uma breve introdução desses problemas e das limitações que as soluções aventadas até a década de 1990 apresentavam, ver Yang (1996).

129 Para mais aplicações da noção de MP ver Divers (2002), seções 1.3; 3.1; 3.2 e 3.3. Para uma explicação mais detalhadas acerca das diferentes modalidades envolvidas nessas diferentes aplicações, ver *ibidem* seção 1.1.

seja, não há concordância sobre ao que as fórmulas geradas exatamente se referem. Se elas se referem a outros mundos físicos existentes, se referem-se a ficções em nossas mentes, se referem-se a conjuntos, ou outras coisas. Resumindo: os trabalhos que fazem uso dessas lógicas modais deferem às noções de MPs enquanto suas referências, mas ninguém sabe ao certo o que são MPs. Eis, então, a importância filosófica do estudo da natureza dos mundos possíveis.

4. Posições sobre MPs

Divers (2002) apresenta algumas diferentes posições de filósofos acerca de questões ontológicas concernentes a MPs. Algumas não chegam a ser teorias bem formadas, mas apenas atitudes sobre os problemas mesmo e outras são teorias incompletas ou pedaços de teorias que ainda precisam ser desenvolvidas. Aqui iremos apresentar superficialmente algumas posições importantes nesse campo e de modo mais profundo duas vertentes, a saber, o concretismo e o abstracionismo, pois são as posições que são mais amplamente abordadas nas discussões acerca de MPs. Nos basearemos majoritariamente na taxonomia de Divers, porém não a seguiremos à risca, visto que há algumas posições as quais ele apenas cita ou nem isso.

O leitor deve ter em mente que não há uma taxonomia padrão e que apresente uma ortogonalidade entre as posições contidas nas teorias. Aliás, há posições que se compreendidas sob uma determinada luz, poderiam ser colocadas em uma determinada categoria, porém se compreendidas por outra, se encaixam melhor em uma categoria diferente. Por exemplo, o ficcionalismo modal tem versões que são anti-realistas, mas há quem as considere abstracionistas. Entretanto, há divisões também que são muito bem delimitadas. Pode-se dizer que há uma separação clara e diametralmente oposta entre concretistas e abstracionistas, por exemplo. Se o leitor procurar por outras introduções ao tema, como as sugeridas ao nas considerações finais, verá que diferentes autores fazem taxonomias relativamente diferentes.

4.1. Abstencionismo

O abstencionismo acerca de mundos possíveis pode ser compreendido com o popular meme “sem tempo, irmão”. O abstencionista simplesmente não acha relevante toda essa discussão ontológica acerca de MPs. Para ele, o fato de termos lógicas modais e se semânticas para as mesmas é suficiente para respondermos aos problemas concernentes às modalidades. Esta posição não é bem uma teoria, mas uma atitude acerca de problemas metafísicos e certamente é bem popular entre cientistas, que por vezes não veem valor em empreendimentos filosóficos. Portanto, não é uma posição que nos interessará aqui, mas o leitor sabe que, na pior das hipóteses, é possível jogar tudo para o alto e abandonar o estudo de MPs sem ser considerado intelectualmente inferior.

4.2. Ficcionalismo modal

Esta é uma posição anti-realista, embora algumas vertentes possam ser vistas como realistas platônicas, o que os colocaria entre os abstracionistas, que são considerados realistas. A classificação taxonômica do ficcionalismo modal é confusa e não parece haver um consenso sobre como classificá-la¹³⁰. Para o ficcionalista modal, MPs existem apenas como ficção úteis para dar sentido ao que expressamos em nosso discurso modal, tal qual um anti-realista científico o faz para entidades não-observáveis, como por exemplo, elétrons. Para o ficcionalista modal, um MP não apresenta diferença significativa em sua natureza em comparação com a Terra Média de Tolkien ou o universo de Star Wars, os três são entidades inventadas e que existem apenas em nossas imaginações, filmes ou em páginas de livros, ou seja, nos discursos.

O defensor desta visão acredita que a avaliação de sentenças que fazem uso de MPs deva ser feita de maneira que sempre se tenha em mente que a sentença a ser avaliada só é verdadeira ou falsa *dentro* de um determinado discurso, dentro de uma determinada ficção, o que não necessariamente se estende para sentenças sobre o mundo real. É possível que haja um total anti-realista que acredita que todas as sentenças devem ser

130 Para uma exposição mais detalhada sobre o ficcionalismo modal, ver Nolan (2020).

avaliadas dessa maneira, mas é possível, também, que haja um ficcionalista que acredite que as modos de avaliação de sentenças sejam diferentes para o mundo real e para as ficções. O último pode ser considerado um atualista ou até um necessitarista.

4.3. Atualismo

O atualismo é a posição que defende que apenas o mundo atual existe concretamente, ou seja, apenas o mundo em que nós estamos existe de maneira concreta. O atualismo é amplamente compreendido como uma visão realista, que acredita que outros MPs existam, mas de maneira diferente do mundo atual, a saber, eles existem *no* mundo atual. Esses MPs não atualizados (não-atuais) seriam entidades abstratas que, dependendo da teoria abstracionista adotada, será de um tipo ou de outro, como veremos na seção sobre abstracionismo. O atualista propõe, então, que há algo de especial no mundo atual habitado por nós, a saber, a propriedade de atualidade¹³¹, diferentemente do concretista que propõe que o mundo atual não possui nenhuma propriedade intrínseca especial, mas que a atualidade é dada de maneira indexical, como veremos na seção sobre concretismo. Logo, o predicado “mundo atual” e o predicado “este mundo” designam propriedades diferentes para o atualista.

É possível também conceber uma versão anti-realista do atualismo, que seria sua versão ficcionalista modal, que acredita que os MPs são apenas ficções em que sua totalidade ou os indivíduos contidos neles não podem ser avaliados formalmente com uso do quantificador existencial. Nesse caso, o anti-realismo diz respeito a MPs não atualizados, claro; o mundo atual permanece existindo. Um exemplo dessa teoria, poderia ser o necessitarismo.

131 Ver Plantinga (1974), p. 48. Uma exceção abstracionista é Stalnaker (1976, 1999), que acredita que é possível manter o esquema indexicalista do concretismo, mas sem se comprometer com a parte metafísica da doutrina.

4.4. Necessitarismo¹³²

O necessitarismo é a teoria de que apenas o mundo atual existe e apenas ele poderia existir, em outras palavras, não há outros mundos possíveis. Tudo o que existe assim é, porque não poderia ser diferente, ou seja, tudo é necessariamente como é. Por conseguinte, toda essa conversa sobre outros modalidades é motivada apenas por uma ignorância humana sobre como as coisas realmente são, caso soubéssemos como a realidade é, saberíamos que as coisas são impossíveis ou necessárias. Essa teoria foi defendida por Spinoza e algumas versões dela foram defendidas posteriormente no que concerne debates acerca de modalidades éticas. Contudo, para o defensor desta posição falar sobre ontologia de mundos possíveis seria algo desinteressante; portanto, também deixaremos de lado essa posição.

4.5. Concretismo

David Lewis talvez tenha sido o mais influente teórico de MPs e certamente foi o que defendeu a teoria mais ímpar de todas. Sua teoria concretista de MPs – chamada por ele de realista, mas chamada por outros de *realista genuína*, *realista extrema* e *realista radical*, em oposição a outros realismos – é talvez a mais elegante de todas, mas certamente é a mais improvável de que esteja correta. Uma evidência disso é o altíssimo número de objeções e o baixíssimo número de defensores que ela possui. O único defensor de uma teoria parecida com a de Lewis hoje em dia seria Yagisawa (2010), a teoria de muitos mundos defendida por Carroll não são desdobramentos da teoria de Lewis, mas sim do trabalho de Everett, portanto, possuindo uma motivação e uma fundamentação consideravelmente diferente.

A maneira mais intuitiva de se pensar um MP a partir da perspectiva concretista é enquanto uma coleção de objetos físicos espaço temporalmente conectados de maneira estruturada e consistente, ou nas palavras do próprio Lewis, “uma soma mereológica maximal de coisas espaço temporalmente ligadas” (LEWIS, 1986, p.73). Para todas as teorias que tratam do tema, MPs

132 Para uma discussão sobre tipos de necessitarismo, ver Melo (2017), pp. 91ss.

são coisas *maximais*: ou um conjunto maximal de proposições, ou um conjunto maximal de estados de coisas, etc. Essa maximalidade pode ser entendida no concretismo como sendo a propriedade de apresentar todas as partes daquilo que é maximal (no caso um MP) relacionadas espaciais e temporalmente entre si exaustivamente de modo que não há como uma parte se relacionar com algo que também não seja uma parte desse objeto. Lewis, contudo, aceita que possa haver coisas tais como espíritos que não estejam no espaço, mas ainda assim, eles devem estar no tempo e isso já é suficiente para Lewis (1986, p. 73). Sendo assim, o precedente dos espíritos abre uma brecha para que algum interessado possa fazer adaptações com o intuito de abarcar entidades comumente consideradas extrafísicas em uma teoria concretista, como por exemplo, entidades mentais ou sociais emergentes não redutíveis, desde que estas se relacionem temporalmente com outras partes do MP e não se relacionem com nada para além do mesmo. Os abstracionistas, por outro lado, irão pensar em maximalidade de maneira diferente e mais rigorosa, embora mais ampla também.

Podemos concluir, então, que um indivíduo faz parte de um MP quando ele é uma parte mereológica desse todo. Simples assim. Mas ao fazer parte deste todo, ele não pode fazer parte de outro todo que não este, por um motivo também simples: se ele o fizesse, então, haveria uma relação espaciotemporal entre ele e esse outro todo, o que faria esses dois todos serem na verdade partes de um todo maior. Sendo assim, todas as nossas fantasias de ficção científica com viagens entre mundos possíveis. O leitor pode tirar o cavaleiro da chuva. Os MPs para o concretista são *isolados*, ou seja, eles não têm contato algum entre si.

Os indivíduos que fazem parte desses MPs, também são isolados. Afinal, eles são partes dos mundos. Sendo assim, os indivíduos são *acorrentados aos mundos (worldbound)*, ou seja, um indivíduo existe no mundo possível em que habita e apenas naquele mundo. Toda e qualquer relação que possamos predicar dele com um outro indivíduo em um outro mundo são relações putativas, incluindo relações de identidade. Na teoria concretista não há uma *identidade transmundana*, como há para os abstracionistas. O indivíduo que existe em outro MP que tem (quase) todas as propriedades semelhantes ao

indivíduo que estamos analisando, é na verdade sua *contraparte*. A contraparte desse indivíduo que existe em outro MP, que não o dele, é um outro indivíduo, que em seu MP é o indivíduo que mais se assemelha ao indivíduo que analisávamos em comparação com outros indivíduos habitantes do outro MP.

O fato de que indivíduos não se repitam em diferentes mundos possíveis pode gerar um desconforto ao falarmos em interpretações *de re* de sentenças modais. Contudo é perfeitamente possível fazer interpretações desse tipo. Elas apenas não poderão ser feitas de maneira, digamos, demonstrativa (que faz uso de termos como *este*, *aquele*, *etc.*), como normalmente fazemos. Ela será uma interpretação descritiva, mas com uma descrição muito específica atrelada a ela. Por exemplo, dizer que “há um MP em que Aristóteles não foi filósofo, mas sim lutador” para um concretista quer dizer na verdade que há um mundo possível em que um indivíduo que tem muitas características semelhantes a que o indivíduo Aristóteles em nosso mundo possui – e nenhum outro indivíduo naquele MP possui mais características semelhantes que ele – e ele não possui a propriedade de *ter sido filósofo*, mas possui a de *ter sido lutador*.

Isso torna as coisas mais complexas por um lado, mas as torna mais simples por outro. O maior mérito da visão concretista é a simplicidade, a economia qualitativa, o bom uso da navalha de Ockham. A ideia de Lewis, inspirada por pelo rigor formal defendido por seu mestre Quine, é de que toda essa conversa de mundos possíveis possa ser arregimentada em uma linguagem lógica simples e clara, sem a necessidade de malabarismos teóricos para justificar diferentes modalidades; ou a criação de novos operadores existenciais – como Meinong fez –; ou a construção de teorias em cima de teorias usando termos cada vez mais obscuros para justificar o uso de termos como “necessariamente” ou “possivelmente”; ou considerar esses termos modais como primitivos. A maneira mais simples de fazer isso é traduzir esses termos como quantificações acerca de MPs e postular a existência de tais entidades. Nós teremos então apenas entidades de um determinado tipo (i. e. entidades físicas, concretas) com uma variação gigantesca de combinações possíveis. Isso permite a redução de diversos problemas filosóficos que fazem uso de termos modais a problemas quantitativos, os quais temos uma compreensão bem

mais avançada. Certamente essa redução gerou críticas, como veremos mais adiante, porém Lewis acredita que essa austeridade ontológica gerada vale a pena¹³³.

Ainda como parte desse programa de austeridade ontológica, o realismo de Lewis também nos presenteia com interpretações particulares acerca de noções intensionais¹³⁴. Dado que indivíduos são acorrentados aos mundos, é compreensível que quando um termo seja proferido em um MP ele possa ter extensões diferentes. Isso fica claro se analisarmos tabelas semânticas bi-dimensionais, contudo, deve haver uma maneira de nós, no mundo atual, nos referirmos a contrapartes de indivíduos em outros MPs, caso contrário todo esse esforço teórico não teria utilidade nenhuma. A solução de Lewis é definir proposições como conjuntos de mundos possíveis em que o conteúdo da proposição é verdadeiro. Deste modo, o que importa para avaliarmos uma proposição não é seu significado, mas quais MPs ela captura.

Dissemos, na seção sobre atualismo, que essa é uma posição que se opunha ao concretismo. Este acredita que já que todos os MPs existem com o mesmo grau de realidade e concretude, digamos, não é possível dizer que o mundo atual, o qual nós estamos inseridos, tenha alguma propriedade especial que o faça mais real que os outros. A única diferença do mundo atual, para os outros mundos é que nós estamos inseridos nele. A diferença entre o mundo atual e qualquer outro MP é uma diferença indexical, ou seja, a diferença é que quando usamos termos indexicais como “eu”, “aqui” e “agora” em sentenças, sempre capturamos este mundo e não outro MP. Isso equivale a dizer que o predicado “atual” é um predicado, também, indexical, ou seja, que depende de propriedades extrínsecas para fazer sentido em uma sentença. Por exemplo, se a sentença “eu estou aqui agora” for enunciada por uma contraparte sua, ela capturará o mundo em que ela foi dita, tornando aquele mundo atual, daquela

133 Para uma análise comparada das vantagens do concretismo contra o abstracionismo, ver Lycan (1990-1991) e Inwagen (1986).

134 Não confundir com intenções com ζ , que é outra noção de filosofia da linguagem. Intensões basicamente são as entidades que ligam as entidades linguísticas a seus referentes, às extensões. A natureza das intensões variarão amplamente de acordo com a linha de filosofia adotada.

perspectiva. Portanto, não há nada de especial no mundo chamado de atual.

Com isso em mente, toda avaliação de sentença que não contém termos modais deve ser interpretada como quantificando apenas sobre o mundo atual. Por sua vez, sentenças contendo termos modais devem quantificar sobre outros MPs. Desta maneira uma sentença, por exemplo, “existem porcos alados”, deve ser avaliada dentro do mundo em que é enunciada. No mundo atual ela seria considerada falsa. Mas a sentença “é possível que existam porcos alados”, deve ser avaliada com um escopo mais amplo de MPs, claro, levando em conta o tipo de modalidade relevante (nomológica, metafísica, lógica) em conta, sendo assim, ela será poder ser verdadeira, dependendo do tipo de modalidade usada. Enquanto a sentença “necessariamente existe porcos alados” deve ser interpretada quantificando sobre todos os mundos possíveis e será falsa, pois certamente há mundos possíveis que não contém porcos alados.

Uma última noção importante para o concretismo de Lewis que devemos mencionar é a de plenitude, que pode ser melhor entendida pelo *princípio de recombinação*, que por sua vez diz que:

(...) costurar juntas partes de diferentes mundos possíveis resulta em um novo mundo possível. Grosseiramente falando, o princípio é de que qualquer coisa pode coexistir com qualquer outra coisa, pelo menos se for garantido que elas ocupem posições espaciotemporais distintas. Assim como, qualquer coisa pode falhar em coexistir com qualquer outra coisa.¹³⁵

Esse princípio garante que todas as combinações possíveis de coisas podem existir em algum mundo e isso garante que não há mundo que não existam, ou seja, não há espaços vazios no espaço lógico (LEWIS, 1986, p. 87). Isso é a plenitude, um coletivo maximal de MPs. Plenitude pode ser entendida

135 Tradução nossa de Lewis (1986) p. 87-88: “... *patching together parts of different possible worlds yields another possible world. Roughly speaking, the principle is that anything can coexist with anything else, at least provided they occupy distinct spatiotemporal positions Likewise, anything can fail to coexist with anything else.*”

também como a constatação aos olhos do concretista de que *todos* os MPs, *de fato*, existem.

Por fim, seria de bom tom falar algo sobre a teoria de muitos mundos da mecânica quântica deva ser dito. Essa teoria diverge da teoria de Lewis em alguns aspectos. Grosseiramente e simplificando demasiadamente, a teoria de muitos mundos diz que uma determinada partícula subatômica se encontra numa sobreposição de estados e ao fazermos medições sobre ela, ao invés de um colapso da função de onda materializando apenas um de dois estados possíveis, na verdade, o que acontece é uma separação de estados onde ambos os resultados possíveis se materializam em universos distintos. Usando o famoso exemplo do gato de Schrödinger, o gato não estaria vivo e morto ao mesmo tempo e ao abrir a caixa um dos dois resultados se materializaria, mas o universo se dividiria em dois universos em que um apresenta o gato morto e no outro, o gato vivo. Nessa concepção, a existência de outros mundos depende de uma partição do nosso mundo, enquanto para o concretismo não há essa dependência. Somada a essa limitação cronológica, há uma limitação nomológica, ou seja, as partições na teoria de muitos mundos obedecem a algumas leis fundamentais da física, por exemplo, um elétron nunca poderia se transformar em um próton, pois isso iria contra princípios fundamentais da física. Na teoria concretista, por outro lado, os limites são mais amplos, a saber, apenas os princípios lógicos não podem ser violados; na pior das hipóteses, para o concretista, os mundos dependem de quais proposições são concebíveis¹³⁶. Sumarizando, para o físico, a existência de outros mundos ainda depende do mundo atual (ou de versões anteriores do mundo atual que se separaram), enquanto o filósofo se vê livre da restrição física para descobrir novos mundos.¹³⁷

136 Os limites do que é metafisicamente possível e do que é logicamente possível não são bem estabelecidos e são tema de um longo debate na metafísica e na lógica. Para mais informações sobre esse debate, ver Koons & Pickavance (2017) p. 363, ou Berto & Schoonen (2018) para ver o estado da arte dessa discussão.

137 Para um argumento mostrando que os mundos da teoria de muitos mundos são diferentes dos mundos da teoria concretista por sua natureza quântica, que depende da natureza dos pontos de observação, ver Skyrms (1976) p. 327. Para explicações mais profundas sobre a teoria de muitos mundos, mas de modo palatável para não físicos, ver

4.5.1. Objeções ao concretismo¹³⁸

Uma das objeções mais incômodas ao concretismo é a de que se ele estiver correto, traria consigo consequências que impossibilitam qualquer teoria ética prescritiva. Se a teoria de muitos-mundos estiver correta, o fato de que ao tomarmos uma decisão moralmente correta, implica que uma contraparte nossa em outro MP estará tomando uma decisão moralmente incorreta. Se isso for correto, ao tomarmos uma decisão correta aqui nós estamos obrigando, pelo menos, uma de nossas contrapartes a fazer algo incorreto, quiçá algo horrível. Então, talvez a coisa correta a fazer seja cometer ações imorais aqui para evitar que nossas contrapartes realizem essas ações moralmente incorretas. Nos sacrificaríamos por elas fazendo algo ruim aqui, mas algo bom em outro MP.

Mas de qualquer maneira, isso não faria diferença alguma para o Bem total no cosmos, porque ao fazer algo bom ou mau aqui não vai evitar que algo bom ou mau aconteça em outros MPs. Se as ideias de plenitude e recombinação estiverem corretas e todo tipo de mundo imaginável existir, nada do que fizermos irá mudar o número de ações virtuosas no total dos MPs, pois ao pensar em realizar uma boa ação, outra má ação também deverá acontecer. Sendo assim, não importa se somos virtuosos ou viciosos, a realidade última permanecerá equilibrada e não há por que nos preocuparmos com questões éticas.

Outro problema é do isolamento. Os MPs concretistas, como vimos, precisam ser isolados, caso contrário haveria uma relação espaço-temporal entre os indivíduos e esses diferentes MPs na verdade seriam apenas diferentes partes de um mesmo MP. Mas, então, o que separa os MPs? Há uma descontinuidade espaço-temporal que separa os MPs? Se sim, o que existe nesse descontínuo que os cerca? Uma resposta para essa pergunta é difícil de sequer colocar em palavras sem criar uma contradição. Mas esse é um desafio que precisa ser respondido pelo concretista.

A objeção mais popular ao trabalho de Lewis talvez seja a que ele mesmo chama de olhar incrédulo, que não é um argumento, mas sim uma

Carroll (2019).

138 Para mais objeções ver Koons & Pickavance (2017), p. 327-330, 357-360, se fazem interessantes também Lycan (1990-1991) e Inwagen (1986).

atitude para com sua teoria. Os opositores simplesmente olham para o concretismo com um olhar incrédulo de quem pensa “cara, como você pode defender uma coisa desse tipo seriamente? Não há evidência nenhuma para acreditarmos que existam outros MPs paralelos ao nosso, como podemos acreditar em algo assim?”. Certamente o ônus da prova é de Lewis, que está propondo algo tão exótico, contudo, sejamos justos com Lewis, como nos pede Yagisawa (2010, p. 6), consideremos que a filosofia está cheia de teorias contraintuitivas e improváveis, sobretudo correntes teístas de filosofia, e ninguém aceita olhares incrédulos como objeções valiosas, por conseguinte, usemos a mesma tolerância que temos para com o teísta, também com o concretista. Lewis estava a par da contraintuitividade de sua teoria, porém as virtudes teóricas da mesma deveriam bastar para que aceitemo-la.

4.6. Abstracionismo

A posição mais comumente contrastada com o concretismo é o *abstracionismo* – também chamado de *Ersatzismo*¹³⁹ – e, diferentemente da anterior, esta teoria apresenta uma ampla gama de diferentes versões. As diferenças vão desde a natureza dos MPs até diferenças em como devemos tratar a identidade transmundana dos indivíduos nesses MPs. Por questões de espaço e para evitarmos perdermo-nos em minúcias, faremos uma apresentação geral da teoria e comentaremos como algumas versões apresentam posições diferentes em alguns pontos; mas certamente indicaremos onde o leitor poderá buscar informações mais profundas sobre essas posições.

Podemos apontar como defensores de versões dessa posição nome como Adams, Plantinga, van Inwagen, Stalnaker, Jago, entre outros. Cada um com sua versão, mas algo que (quase) todas elas têm em comum é a subscrição ao atualismo. Como dito anteriormente, muitas características diferem o abstracionismo do concretismo, porém a principal é o atualismo. Todas as outras

139 *Ersatz* é um termo alemão que pode ser traduzido por substituto, mas é geralmente usado em filosofia analítica para querer dizer algo como de faz de conta ou não-original.

diferenças se seguem daí¹⁴⁰. O concretista, como vimos, acredita que não há uma diferença material entre os MPs e o mundo atual (que para eles é um mero MP também), já os abstracionistas creem que o mundo atual é o único mundo material e todos os outros MPs existem dentro dele de maneira imaterial, enquanto representações em nossas mentes (BERTO & SCHOONEN, 2018) ou enquanto estados de coisas independentes de nós (PLANTINGA, 1974). Então, de maneira análoga ao concretismo, podemos dizer que para o abstracionista, MPs são objetos abstratos maximais, sejam eles conjuntos maximais de proposições (ADAMS 1974, JAGO 2014) ou estados de coisas maximais (Plantinga, 1974), ou propriedades estruturais maximais (leia-se: relações maximais) (STALNAKER, 1999), mas sejam sempre abstrações, em outras palavras, entidades de natureza imaterial, diferente do mundo atual.

Para os abstracionistas, os MPs não existem fisicamente, ou no vocabulário de estados de coisas, os mundos possíveis são estados de coisas que *não obtém*, em oposição ao mundo atual que *obtem*. Mas, segundo os abstracionistas, esses MPs poderiam existir fisicamente, ou seja, poderiam obter, caso as coisas tivessem sido diferentes. Os MPs são, então, *modos* os quais mundo atual poderia ter sido (PLANTINGA, 1974, p. 44-45), ou são *representações* de como o mundo poderia ter sido ou de como ele jamais poderia/pode/poderá ser, se colocarmos mundos impossíveis no mesmo balaio (JAGO, 2014, p. 15 e 98). Essas representações podem ser de três tipos, a saber, linguísticas, pictóricas ou híbridas¹⁴¹ (BERTO & SCHOONEN, 2018). As representações linguísticas desempenham sua função por meio de uma *linguagem de construção de mundo* (tradução nossa para *worldmaking language* em Jago (2014) apropriada que seja rica o suficiente para descrever todos os fatos do mundo e suas negações, claro. Enquanto as representações pictóricas

140 Embora possa-se citar Stalnaker (1976) como uma exceção a essa regra, pois em certo sentido ele concorda com a posição indexicalista do concretismo, ele mesmo admite que o que motiva um debate entre essas diferentes vertentes são as posições dos filósofos acerca do atualismo.

141 Não confundir essa perspectiva híbrida que é uma representação abstrata com partes linguísticas e pictóricas com a posição híbrida defendida por Yagisawa (2010) de que existem mundos concretos e mundos abstratos.

representam como uma foto ou uma pintura, compartilhando as propriedades com aquilo que elas representam. As representações pictóricas, no entanto, parecem não ser suficientes para representar todos os fatos do mundo. Como seria a representação pictórica de “João é primo de Maria”? Algumas relações parecem requerer algo que uma foto não pode representar, mas precisam de uma parte linguística para que se façam. Entra aí a representação híbrida, em que temos a imagem de João, a imagem de Maria e uma descrição da relação mantida entre eles. Por fim, essas representações, seja lá de qual tipo forem, devem ser maximais.

A maximalidade dos mundos concretistas estava fundamentalmente relacionada com propriedades espaciotemporais dos mesmos, entretanto, isso não faria sentido para os mundos abstratos. Deste modo é necessário esclarecer como se dá a maximalidade desses. Para o abstracionista linguístico, para quem um MP é um conjunto de proposições maximal, maximalidade pode ser definida por meio de proposições. Dada toda e qualquer proposição P, um conjunto será maximal se, e somente se, P ou não-P estiver contida de maneira consistente no mesmo; ou seja, para qualquer P, um conjunto deverá conter P *ou* não-P, mas jamais P e não-P. Um corolário que pode ser extraído disso é que, se P estiver contida no conjunto, no mesmo não poderá estar contida qualquer outra proposição que implique não-P, pois isso geraria uma inconsistência no conjunto e ao invés de um MP teríamos um mundo impossível – como veremos algumas seções abaixo. Contudo, dado que para *toda* e qualquer proposição ela ou sua negação deverá estar contida no conjunto para que esse conjunto possa ser um MP, toda e qualquer contradição seria explícita, o que torna esse corolário trivial (mas não nos custa deixar tudo claro para o leitor). Dadas Feitos os devidos ajustes para dar conta das entidades envolvidas, basicamente todas as teorias abstracionistas seguem esse modelo, sejam os MPs estados de coisas, classes de proposições ou uma longa proposição disjuntiva¹⁴².

Deste modo, para um indivíduo existir em um MP abstracionista, basta que ele esteja contido no MP, ou seja, basta que ele seja parte positiva de uma proposição que seja elemento de tal conjunto maximal de proposições. Uma

142 Para mais definições abstracionistas de MPs e de maximalidade, ver Koons & Pickavance (*Op. Cit.*) p. 332-334.

definição análoga pode ser encontrada para MPs abstracionistas de outras estirpes, por exemplo, um indivíduo existe em um MP caso sua existência seja um estado de coisa dentro de um estado de coisas maximal. Falando de modo caricatural, para existir dentro de um MP abstracionista então, basta dizer que tal indivíduo existe nele, se os interlocutores concordarem, está valendo.

Deste modo, para os abstracionistas, indivíduos não são acorrentados aos MPs, eles acreditam em identidade transmundana, ou seja, quando o abstracionista pensa em cenários contrafactuais ou futuros ele importa para eles os próprios indivíduos do mundo atual da maneira que ele acredita que eles devam estar nesses cenários, respeitando as características que fazem aqueles indivíduos serem eles mesmos em todos os cenários. Claro, é possível que haja em MPs indivíduos que não existem materialmente no mundo atual e esses indivíduos obedecem às mesmas regras que os transplantados do mundo atual. Mas o leitor deve estar se perguntando, o que garante essa relação de identidade transmundana? Segundo o abstracionista esses dois habitantes de mundos diferentes compartilham propriedades essenciais, propriedades as quais eles não seriam eles mesmos sem elas e que eles só são eles graças a elas. Portanto, eles devem ter essas propriedades em todos os MPs em que tal indivíduo exista. Contudo, essas propriedades podem acabar gerando problemas se as interpretações do que for dito sobre elas for uma interpretação *de dicto*, bem como alguém pode querer criar um mundo em que putativamente um indivíduo não tenha alguma daquelas características essenciais comumente atribuídas a ele. Para evitar problemas desse tipo, abstracionistas como Adams (1979) e Plantinga (1974) ressuscitaram dos textos medievais uma propriedade chamada *ecceidade* (em latim *haecceitas*, também traduzido para o português como hecceidade).

A ecceidade de um indivíduo *b* pode ser descrita como a propriedade de *ser b*, de modo que é impossível que um indivíduo seja *b* sem possuir tal propriedade e que nenhum outro indivíduo que não seja *b* a possua. Note que a ecceidade não é um agregado de propriedades essenciais que cada indivíduo apresenta essencialmente, como por exemplo, a propriedade de *ser filho de a e c*, *ter nascido no século XX* e *ser brasileiro*. A ecceidade não é como essas propriedades qualitativas que podem ser descritas e decompostas em

propriedades mais simples. A exceidade é irreduzível nesse sentido e, em um certo sentido, infável também, de modo que a descrição de uma exceidade acaba sendo não-informativa. Mas para exceitistas como Plantinga, elas são propriedades necessárias de todos os MPs, o que diferencia um mundo de outro basicamente é quais exceidades serão exemplificadas (leia-se, materializadas caso tal mundo fosse atual). O fato das exceidades serem necessárias, ou seja, existirem em todos os MPs, é o que permite dizer que um indivíduo, um exemplificador de tal exceidade, existe em mais de um MP. Por mais obscura e *ad hoc* que essa propriedade pareça ser, faz sentido para alguém que crê na identidade transmundana, acreditar em tal propriedade, caso contrário, nada garantiria a relação de identidade *de re* para o abstracionista.

Outra diferença entre mundos concretistas e abstracionistas que deve ser citada é a que se dá sobre quantos MPs existem. De modo análogo à plenitude para os concretistas, os abstracionistas contam com a *concebibilidade*. Basicamente, tudo que for concebível pode ser transformado em um MP. Concebibilidade não precisa dar-se apenas de maneira imaginativa, como o abstracionista pictórico propõe, é possível conceber apenas linguisticamente, formando proposições sentencias. Para toda proposição que temos no mundo atual, podemos imaginar sua negação e podemos por meio da linguagem criar proposições que representam situações que nunca existiram no mundo atual e até situações que jamais poderiam existir, se considerarmos os mundos impossíveis. Isso permite que criemos (ou descubramos) uma infinidade de conjuntos, por conseguinte, uma infinidade de MPs também.

Por fim, uma última observação que deve ser feita, é que noções modais em uma teoria abstracionista não são redutíveis a outras noções mais simples. Noções modais são primitivas nessas teorias, diferentemente da teoria concretista, onde é possível reduzir noções modais a quantificações sobre objetos, que no caso são MPs. Em outras palavras, a lógica concretista é redutível a lógica de predicados de primeira ordem, enquanto a lógica abstracionista precisa ser uma lógica modal. Isso significa que o abstracionista precisa apresentar uma explicação intencional para os operadores modais e não pode – como o concretista – basear-se apenas em noções extensionais. Isso gera uma discussão de tipo “quem veio primeiro o ovo ou a galinha?” entre

concretista e o abstracionista, pois a resposta depende dos comprometimentos ontológicos de cada um. O concretista se compromete com mundos e tenta explicar a modalidade a partir deles, enquanto o abstracionista se compromete com noções modais e tenta comunicá-la usando mundos.

4.6.1. Objeções ao abstracionismo¹⁴³

Menzel (2012) apresenta uma série de evoluções de versões ligeiramente diferentes de um argumento levantadas por Bringsjord, Grim e por ele mesmo, que expõe dura objeção àqueles que acreditam que MPs sejam conjuntos maximais de proposições. O argumento se desenrola de modo parecido ao desenvolvimento do paradoxo do barbeiro de Russell, em que Russell mostra que não é possível haver um conjunto de todas as proposições. De uma maneira ultra simplificada o argumento diz: Se MPs forem conjuntos maximais de proposições, isso quer dizer para que qualquer proposição P, ou P ou sua negação devem ser membros do conjunto, inclusive proposições sobre conjuntos. Além disso, todo e qualquer subconjunto de um conjunto deve ser menor que o conjunto ao qual está inserido. Temos apenas constatações triviais, nada de mais até aqui.

Agora, imagine que haja um conjunto V de todas as verdades possíveis, isso também é garantido para o abstracionista, afinal, essa é a definição de mundo atual. O mundo atual, V, contém diversos subconjuntos contendo verdades *sobre* conjuntos. Chamemos o conjunto que contém *todas* as proposições verdadeiras *sobre* conjuntos de C. Logo, para toda proposição verdadeira contida em V, há um subconjunto contendo tal verdade e esse conjunto será um subconjunto de C. Isso gera uma equivalência de um-para-um entre todas as verdades sobre conjuntos (as de C) e todas as proposições – que são todas verdadeiras – contidas em V. Deste modo, C e V devem ter, pelo menos, o mesmo tamanho. O que já não deveria ser possível, visto que C é um subconjunto de V, mas é diferente de V. Porém, a história fica pior, porque C deve conter V também (que é um subconjunto de si mesmo), fazendo C ser

143 Para mais objeções ao abstracionismo, ver Koons & Pickavance (*Op. Cit.*) p. 344-348, 360-361; Inwagen (1986).

maior que V, gerando uma situação paradoxal.

Outra crítica que o concretista pode fazer ao abstracionista, é uma devolução do olhar incrédulo quando esse terminar a explicação do que é a ecceidade. Não existe nenhum teste imaginável que possa ser realizado para confirmar ou desconfirmar a existência de tal propriedade, assim como não há nenhuma explicação informativa do que é a ecceidade de um indivíduo, além de algo como “a propriedade que faz ele ser o que é”. A defesa do ecceitismo geralmente vem nos mesmos termos de uma defesa de um *substratum*, embora sejam coisas diferentes. É algo que sem a qual, nossa teoria seria desconfortavelmente incompleta. No entanto, do mesmo modo que aceitamos a súplica de Yagisawa para com Lewis, devemos conceder aos abstracionistas também.

4.7. Combinatorialismo

Por último, acreditamos que valha a pena citar o combinatorialismo, que alguns filósofos classificam como um tipo de abstracionismo (KOONS & PICKAVANCE 2017, p. 332; LYCAN 1990-1991, p. 216), enquanto outros preferem classificá-lo como uma teoria a parte (MENZEL, 2016). Koons e Pickavance (2017) afirmam que o combinatorialismo “é apenas uma simples variação do abstracionismo linguístico em que toma MPs como combinações matemáticas de indivíduos básicos e propriedades naturais”¹⁴⁴, enquanto Menzel afirma que MPs são tomados pelo combinatorialista como “recombinações, ou rearranjos, de certos simples metafísicos”¹⁴⁵ (seção 2.3., ênfase e tradução nossas); sendo que o que são estes “simples metafísicos” dependem da teoria adotada. É possível dizer que todos os combinatorialistas tomam MPs como estados de coisas, agora o que são essas coisas realmente dependerá da teoria adotada; a teoria mais profundamente apresentada por Menzel, por exemplo, é a

144 Tradução nossa de Koons & Pickavance (*Op. Cit.*) p. 343: “[Combinatorialism] A very simple variety of Linguistic Abstractionism takes possible worlds to be mathematical combinations of basic individuals and natural properties.”

145 Tradução e ênfase nossa de Menzel (2016) seção 2.3.: “... recombination, or rearrangements, of certain metaphysical simples.”

de Armstrong, que vê *fatos* como primitivos ao invés de objetos.

O nome mais proeminente do combinatorialismo certamente é David Armstrong (1986) e o leitor pode usá-lo como contraponto ao concretismo e outras versões do abstracionismo. Outra obra fundamental para essa posição é o artigo de Skyrms (1981), onde a relação entre estados de coisas e a concepção de MPs é primeiramente trabalhada.

4.8. Mundos impossíveis

Uma vantagem que o abstracionismo linguístico oferece em comparação ao concretismo – e que o concretismo não pode oferecer, por razões óbvias – e a outros tipos de abstracionismo, é a possibilidade de diferenciar entre conteúdos semânticos de crenças que contém contradições. Os conteúdos de sentenças como “a flor era vermelha e não-vermelha” e “ele desenhou um triângulo quadrado” certamente são diferentes apesar de ambos serem necessariamente falsos. Se imaginados como estados de coisas, impossíveis de obter e, se consideradas como pertencentes a MPs concretos, são sequer imagináveis. Contudo, uma sentença fala sobre botânica e a outra sobre figuras geométricas, enquanto a outra fala sobre propriedades cromáticas e a outra sobre formas, de alguma maneira, são conteúdos diferentes. Sendo assim, nossas atitudes para com elas são diferentes. Uma teoria concretista poderia apenas dizer que ambas as sentenças referem ao impossível, a algo que não existe, pois ela não é capaz de descrever mundos impossíveis; enquanto, uma teoria abstracionista da vertente linguística pode refinar essas descrições e dizer que essas sentenças referem-se a diferentes conjuntos de proposições incoerentes, a mundos impossíveis. Uma teoria com esse poder nos ajudaria muito a descrever corretamente problemas epistêmicos que envolvem contradições – que por sua vez, claro, não aparecem assim de forma escancarada, mas de maneira oculta e difusa em visões de mundo ou redes de crenças mais complexas. Mas para isso é preciso que tais MPs sejam construídos tais quais são os objetos dessas contradições – que por sua vez, são entidades linguísticas dentro da mente de um sujeito – logo, uma linguagem adequada é requerida e a escolha dessa linguagem ainda é um problema a ser

resolvido, porque não é claro ainda qual é a linguagem do pensamento.

A ideia de Mundos Impossíveis já circula pelo menos desde Hintikka (1975), motivada pelo problema da onisciência lógica e problemas semelhantes¹⁴⁶. O problema é que se analisarmos o conhecimento usando uma semântica de mundos possíveis igual à que usamos para questões metafísicas ou lógicas, toda e qualquer verdade lógica, a saber, toda e qualquer verdade necessária, por ser verdadeira em todos os mundos possíveis, também deverá ser necessariamente conhecida. Além disso, contradições, que logicamente implicam em qualquer coisa pelo princípio de explosão, implicariam que, se um sujeito acredita em uma contradição, ele, então, acredita em qualquer coisa. Problemas desse tipo começam a pipocar quando falamos de modalidades como conhecimento, crença, e atitudes proposicionais em geral. Isso mostra que abordagens diferentes deveriam ser usadas para tratar de problemas diferentes. Sendo assim, noções hiperintensionais – noções que distinguem entre conteúdos extensionalmente equivalentes –, no caso, mundos impossíveis, são requisitadas para lidar com situações deste tipo. Portanto, Jago (2014) nos oferece um longo estudo sobre quais as vantagens de se adotar um abstracionismo linguístico para a epistemologia modal e como devemos construir os MPs – e impossíveis – para tratarmos de questões epistêmicas, doxásticas e informacionais.

A incapacidade de lidar com mundos impossíveis, é vista como uma limitação do concretismo pode ser usada como objeção para sua adoção de maneira análoga a objeção ética que apresentamos acima. Contudo, para ambos os casos, é possível argumentar que o concretismo não seja adequado para tratar de questões éticas ou epistêmicas, sem que a posição metafísica concretista seja falsa. Nossa moral e nosso entendimento podem funcionar uma maneira descolada dos fatos metafísicos e, para estes, outras teorias e outros modelos sejam mais adequados para uma descrição apropriada. Assim, o concretismo ainda descreveria a realidade última de maneira fiel, embora se limitasse a isso, ao passo que as questões epistemológicas, doxásticas, éticas etc. requereriam mundos ersatz. Seria um duro golpe na simplicidade de nossa

146 Para explicações mais completas e exemplos de problemas similares, ver Jago (2014) p. 40.

visão de mundo e na elegância da teoria concretista, que são motivos pelos quais o concretista afirma que devemos adotar sua teoria, mas ainda não a provaria falsa, como defende Yagisawa (2010, p. 42), numa posição que Jago chama de *realismo híbrido* (e desaprova). Não iremos nos aprofundar em tal controvérsia aqui, mas sugerimos ao leitor que o faça.

No entanto, ainda há obstáculos a serem superados pelo abstracionista para que se tenha uma noção sólida de mundos impossíveis, por exemplo, como exatamente se dão as representações de mundos em nossas mentes, de maneira puramente linguística, puramente pictorial, híbrida ou de um outro modo que ainda não sabemos? Também não desenvolveremos aqui este ponto, mas recomendamos que o leitor o faça, pois certamente será um dos assuntos mais debatidos em lógica e epistemologia na próxima década.

5. Considerações Finais

Neste capítulo, apresentamos as origens da noção de MP e a importância do aprofundamento no estudo dela para áreas da filosofia ciência e até para engenharia(!), em seguida, apresentamos diversas posições sobre a ontologia dos MPs. Certamente essas apresentações não são suficientes para tornar o leitor um especialista no assunto, porém elas apresentam um mapa mais ou menos claro para que o leitor possa se localizar no debate e alguns pontos de referência para que o leitor possa buscar mais informação sobre as posições desenhadas aqui. Como a maior parte desse debate acontece em inglês, a maior parte da bibliografia usada neste capítulo está também em inglês. Pouca coisa sobre o tema foi produzida em português, porém, é possível encontrar discussões interessantes como, por exemplo, um argumento contra o uso *simpliciter* de “necessário” como sinônimo de “verdadeiro em todos os MPs” em Cid (2013); uma discussão sobre o uso irrestrito e inapropriado da noção de identidade transmundana em Rebello (2012), que não é uma discussão exatamente sobre MPs, mas está intimamente ligada às posições sobre MPs que devemos adotar; em Rocha (2010) encontramos uma análise comparada do realismo genuíno de Lewis com o realismo combinatorial de Armstrong, um ponto que não foi muito explorado aqui. Por último, acreditamos que devemos citar o

texto mais completo sobre que conseguimos encontrar em português sobre o tema que é Arruda (2007), onde uma visão panorâmica sobre o assunto é apresentada com mais apreço pelas questões formais e uma comparação mais minuciosa entre o concretismo de Lewis e o abstracionismo de Plantinga é realizada.

Por fim, esperamos que tenha ficado claro para o leitor o quão complexo é o assunto e o quanto ele influencia – e depende de – outros debates na metafísica, na filosofia da linguagem e na lógica, de modo que é um tópico que ainda tem muito a ser dito sobre e que ainda será muito frutífero na filosofia do século XXI.

Referências

- ADAMS, R. M. "Primitive thisness and primitive identity." *Journal of Philosophy*, 76, 1, 5-26, 1979.
- _____. "Theories of Actuality". *Noûs*, 8, 3, 211-231, set. 1974.
- ARMSTRONG, D. M. "The nature of possibility." *The Canadian Journal of Philosophy*, 16, 4, 575-594, 1986.
- ARRUDA, J. M. "Mundos Possíveis: realismo modal extremo e atualismo." In: ALMEIDA, Custódio Luis Silva de.; IMAGUIRE, Guido; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs.). *Metafísica Contemporânea*, Editora Vozes, 351-375, 2007.
- BERTO, F. e SCHOONEN, T. "Conceivability and Possibility: some dilemmas for Humeans." *Synthese*, 195, 2697-2715, 2018.
- CARNAP, R. *Meaning and Necessity*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- CARROLL, S. M. *Something Deeply Hidden: Quantum Worlds and the Emergence of Spacetime*. London: Oneworld, 2019.
- CID, R. R. L. "A necessidade não é verdade em todos os mundos possíveis." *FUNDAMENTO – Revista de Pesquisa em Filosofia*, 6, 79-87, 2013.
- DIVERS, J. *Possible worlds*. New York: Routledge, 2002.
- FERNANDES, F. L. A. *Restrição ou qualificação? Uma investigação estrutural sobre as interpretações da resposta de Aristóteles ao problema dos*

- futuros contingentes*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.
- GINSBERG, M. e SMITH, D. "Reasoning and action I: a possible worlds approach." *Artificial Intelligence*, 35, 2, 165-195, 1988.
- HINTIKKA, J. "Impossible possible worlds vindicated." *Journal of Philosophical Logic*, 4, 4, 475-484, 1975.
- van INWAGEN, P. "Two concepts of possible worlds." *Midwest Studies in Philosophy*, 11, 185-213, 1986.
- JAGO, M. *The Impossible: An Essay on Hyperintensionality*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- KOONS, R. C. e PICKAVANCE, T. *The Atlas of Reality: A Comprehensive Guide to Metaphysics*. Oxford: Wiley Blackwell, 2017.
- KRIPKE, S. *O Nomear e a Necessidade*. Tradução por Ricardo Santos e Teresa Filipe. Lisboa: Editora Gradiva, 2012.
- LEWIS, D. *Counterfactuals*. Oxford: Blackwell, 1973.
- _____. "Counterpart theory and quantified modal logic." *The Journal of Philosophy*, 65, 5, 113-126, 1968.
- _____. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Blackwell, 1986.
- LYCAN, W. "Two – no, three – concepts of possible worlds." *Proceedings of the Aristotelian Society*, 91, 215-227, 1990-1991.
- MENZEL, C. "Sets and worlds again." *Analysis*, 72, 2, 309-314, 2012.
- _____. "Possible Worlds". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.), 2016. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/possible-worlds/>> Acesso em: 1 set. 2020.
- MELO, D. H. F. "Pressuposições metafísicas em semântica modal." *Kínesis*, 9, 20, 87-98. 2017.
- MONTAGUE, R. "Logical necessity, physical necessity, ethics and quantifiers." *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*, 3, 259-269, 1960.
- NOLAN, D. "Modal Fictionalism." *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2020 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2020/entries/fictionalism-modal/>>

Acesso em: 2 set. 2020.

- PLANTINGA, A. *The Nature of Necessity*. Oxford: Clarendon Press, 1974.
- PRUSS, A. R. *Possible Worlds: What they are good for and what they are*. Dissertação de Doutorado, University of Pittsburgh, 2001.
- QUINE, W. V. O. "Dois dogmas do empirismo." In: QUINE, Willard Van Orman. *De um ponto de vista lógico*. Tradução por Antônio Ianni Segatto. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- REBELLO, J. P. "Modalidades e identidade transmundana." *Veritas*, Porto Alegre, 57 2, 62-83, 2012.
- ROCHA, R. M. "Duas teorias realistas para a interpretação da semântica dos mundos possíveis." *Inquietude*, 1, 1, 72-79, 2010.
- RYAN, M. *Possible Worlds, Artificial Intelligence and Narrative Theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1991.
- SKYRMS, B. "Possible worlds, physics and metaphysics." *Philosophical Studies*, 30, 5, 323-332, 1976.
- _____. "Tractarian nominalism (For Wilfrid Sellars)." *Philosophical Studies*, 40, 2, 199-206, 1981.
- STALNAKER, R. "Possible worlds." *Noûs*, 10, 1, 65-75, 1976.
- _____. "Assertion." In: *Context and Content: Essays on Intentionality in Speech and Thought*, Oxford: Oxford University Press, 78-95. 1999.
- YAGISAWA, T. *Worlds and Individuals, Possible and Otherwise*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- YANG, J. "A new method for reasoning about action." *Journal of Computer Science and Technology*, 11, 2, 188-192, 1996. *Science and Technology*, v. 11, n. 2, p. 188-192, 1996.